

PROCESSO N° : 2018/10131/00001
UNIDADE GESTORA : 101100
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 16/2018
 SGD N° 2017/09049/000608

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **57**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **superávit orçamentário de 7,51%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	6.001.693,00	442.401,26	7,37
Receitas de Capital	0,00	5.026.487,59	-
(-) Deduções da Receita	0,00	-9.081,65	-
TOTAL	6.001.693,00	5.459.807,20	90,97

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
240	6.001.693,00	5.459.807,20	90,97
TOTAL	6.001.693,00	5.459.807,20	90,97



[Handwritten signature and initials]
 1



3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **84,14%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital	6.001.693,00	5.049.525,04	84,14
TOTAL	6.001.693,00	5.049.525,04	84,14

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
240 - Recursos Próprios	6.001.693,00	5.049.525,04	84,14
TOTAL	6.001.693,00	5.049.525,04	84,14

3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado à fl. **57**, refletem uma redução de **49,15%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias, houve justificativa às fls. 92.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 5.459.807,20**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 5.341.644,88**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 852.251,31** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 4.076.319,48**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 5.049.525,04**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 5.341.644,88**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 949.012,26**, restando saldo de **R\$ 4.389.840,69** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **60 a 63**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **70**, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **1.391,46%**, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo e Imobilizado, com o Passivo Não Circulante, representado pelas demais obrigações a longo prazo, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante ou de baixo valor.

3.6.3 Não houve inscrição de despesas em restos a pagar processados e não processados no exercício, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à fl. **61**.

3.6.3.1 Não há registros de valores inscritos em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à fl. **58**.



2

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **59**, foi pago **R\$ 5.000,00** e cancelado **R\$ 14.000,00**, restando um saldo de **R\$ 138,00**, justificado à fl. **91 e 92**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 4.572.786,88**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 5.107.167,67**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 534.380,79**, conforme fl. **72/ 73**.

3.7 Registrou-se saldo de bens patrimoniais móveis à fl. **70**, no valor de **R\$ 1.134.780,07**, no entanto foi justificado às fl. **91**, que os registros contábeis foram realizados equivocadamente, visto que a **Unidade Gestora** em análise utiliza a estrutura física do **Banco do Empreendedor – BEM**.

3.7.1 Não há registros de saldos nas contas bens móveis próprios em processo de localização e bens móveis de terceiros em processo de localização, tampouco baixas no exercício em análise.

3.8 Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, fl. **70**, onde a unidade orçamentária utiliza a logística de materiais do **Banco do Empreendedor - BEM**, conforme justificado à fl. **130**.

3.9 A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, à fl. **70**, registra saldo no valor total de **R\$ 4.308.538,09**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, fls. **154 a 171**, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 4.296.468,90**:

1 - **R\$ 4.296.468,90** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 12.069,19**.

3.10 As contas do Passivo Circulante, fl. **71**, totalizam um saldo de **R\$ 595.165,07** correspondentes a Fornecedores e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 Existe um saldo de **R\$ 195.804,62** a título de “Demais Obrigações a Longo Prazo” no Passivo Não Circulante, que não foi justificado, às fl. **71 e 74**.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 6.397.968,26** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 6.203.930,31** demonstrando resultado patrimonial **194.037,95** do período, no montante de **R\$ 194.037,95**, conforme demonstrado às fls. **65 a 69**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 4.389.840,69**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Fundo de**



3
Handwritten signature and initials

Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **10 (dez)** processos de adesão em ata de registro de preços tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, tendo participação ativa do setor de planejamento da entidade, que foi primordial para o alcance dos resultados demonstrados no item **6** deste Relatório.

5. Constam informações sobre fiscalizações realizadas por órgão de Controle Externo, de Auditoria de Regularidade no **Fundo Social de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES** no exercício em análise, fl.320.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão **às fls. 24 a 38**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o **Banco do Empreendedor - BEM**, com contribuição do **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES**, foram desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do **Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES** foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1162 - Trabalho e Mercado** e com suporte nas ações do **Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.1.2 Para o alcance dos objetivos do **Fundo** foram elaboradas 02 (duas) ações temáticas, de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um regular grau de eficiência, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, **às fls. 34 a 35**.

7. Com referência à força de trabalho, não há quadro de pessoal na estrutura do referido Fundo, que utiliza a estrutura administrativa do **Banco do Empreendedor-BEM**, conforme informado à fl. **319**, por outro lado, não consta declaração expressa da respectiva Unidade de Pessoal de que os responsáveis estão em dia com a exigência de apresentação de bens e rendas de que trata a Lei n.º 8.730/93.





8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Acy de Carvalho Fontes, Reginaldo Silva Santana** e outros relacionados neste processo, às fls. **06/07, COM RESSALVAS** aos itens **3.4, 3.6.3.2, 3.7, 3.11 e 7**, deste relatório.

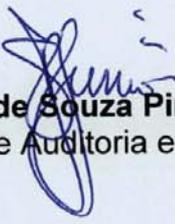
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2018.


Anne Carlos da Silva
Analista/Supervisor

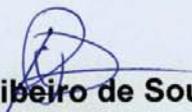

Cristiane Dalastra
Analista/Contador


Samara Rodrigues Brandão Nunes Fernandes
Analista/Analista Especializado de Operações em Recursos Humanos


Sergivan Sales de Brito
Analista/Gerente


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em: 26/02/2018.


Silene Ribeiro de Souza
Superintendente

